

E a "Nova" República vai entrar em parafuso

Segundo um jornal do Rio, um economista que já foi ministro de Sarney afirma que o país real não está em crise (ele fala em economia real, para distingui-la da economia estatal). Nós estamos de pleno acordo com ele. A crise que enche todos os dias páginas e páginas dos nossos jornais e ocupa grande espaço do tempo das rádios e televisões, que já derrubou três ministros da Fazenda em três anos e quatro meses de vida da "Nova" República, e ameaça, agora, derrubar o quarto, ainda está circunscrita, como temos repetido tantas vezes nestes editoriais, à área do Estado brasileiro. É evidente, no entanto, que o país real sente as repercuções dessa crise calamitosa — que só já não se consumiu nos seus próprios efeitos letais porque a falência do Estado, e do seu braço empresarial, não pode ter o epílogo natural das falências das empresas privadas, na forma da cessação das atividades, com os subsequentes procedimentos jurídicos, com balanço final dos bens patrimoniais, venda em hasta pública, etc.

Numa economia mista, com as características da brasileira, o setor estatal falido recorre, por meios compulsórios, ao "auxílio" do setor privado da economia enquanto as irradiações da sua crise para esse setor privado não o aniquila, também, totalmente. Não o leva também à falência.

As irradiações da crise que consome o Estado pelo setor privado da economia brasileira se manifestam em três efeitos principais: o efeito inflacionário, o efeito tributário e o terceiro efeito, que é consequência natural dos dois primeiros, o efeito paralisador dos investimentos.

A inflação gerada pela falência do Estado, que não cessa de avançar, e a carga tributária já brutalmente aumentada desde que a crise do Estado se tornou aguda já há algum tempo determinaram o terceiro efeito: a paralisação dos investimentos.

Quando dizemos que o país real não está em crise, queremos apenas dizer que, suportando galhardamente todos esses terríveis efeitos da crise que consome o Estado, a economia privada conseguiu, até aqui, manter sua "integridade física". Conseguiu manter-se absolutamente saudável, com suas energias naturais intactas. A indústria, sustentada pelos resultados espetaculares das exportações, consegue não declinar. A agricultura, também ajudada pelas condições dos mercados mundiais, bateu este ano o seu próprio recorde que conseguira no ano passado. Os bancos particulares exibem nos seus últimos balanços um vigor que ainda não foi afetado. O número de falências e concordatas não ultrapassa os limites da normalidade. Não há problemas maiores na área das relações entre capital e trabalho. O desemprego não está em ritmo ascendente.

Por enquanto, o efeito mais pernicioso da crise do Estado brasileiro no setor privado da economia nacional é a natural canalização de lucros, que deveriam ser reinvestidos para proporcionar o seu indispensável crescimento, para o mercado financeiro totalmente voltado para o financiamento dos déficits do setor público. A falência do Estado obriga o governo a estimular essa forma de especulação financeira.

O país real, que ainda não está em crise, aguardava com ansiedade o resultado dos esforços dos ministros da área econômica para estancar as fontes alimentadoras da crise do Estado brasileiro, na esperança justificada, até ontem, pelo comportamento desses ministros, de poder, em tempo razoável, recuperar a confiança indispensável e os recursos hoje aplicados no mercado financeiro para reativar o processo de desenvolvimento econômico.

Haverá motivos para manter a esperança depois da rendição quase incondicional do governo diante da demonstração de poderio do reduto da crise? Haverá ainda, depois do último lance da crise, alguém no país real que não se tenha convencido de que o pouco que se tinha conseguido até aqui em matéria de controle do déficit está inteiramente perdido?

Por quanto tempo ainda o setor privado da economia conseguirá preservar sua saúde e suas energias?

Alguém acredita que a força que derrotou o ministro Maílson da Nóbrega, levando-o a pensar em demitir-se, está satisfeita com as vitórias que obteve até aqui e vai deixar de atuar em busca de novas vitórias? Não vamos nos iludir.

O que ficou evidente com os últimos lances da crise é a impotência das autoridades econômicas diante da força descomunal da burocracia estatal e dos trabalhadores das empresas estatais, aliados aos interesses políticos que gravitam em torno do Estado brasileiro. Essa batalha perdida acabou com qualquer ilusão que se pudesse ter em relação à Operação Desmonte, programada no orçamento de 1989 para amputar um grande pedaço da máquina oficial, adaptando-a às exigências da nova Constituição.

O ministro Marcelo Pimentel, presidente do TST, já apontou as dificuldades que Maílson e João Batista de Abreu irão enfrentar: segundo ele, não vai ser fácil repassar órgãos e funções para estados e municípios e menos ainda demitir ou transferir funcionários, por impedimentos legais. E isso a partir, apenas, da jurisprudência dos tribunais do Trabalho. A futura Constituição incorpora essa jurisprudência. A estabilidade, mesmo para quem não seja concursado, a anistia para os demitidos por motivos políticos (greves, por exemplo) e a garantia de que mesmo com o cargo extinto o funcionário ficará em disponibilidade remunerada, etc., serão direitos garantidos pela Constituição. Mas o quadro não está completo.

Mesmo com tudo isso, poderíamos imaginar, teoricamente, que o crescimento do setor privado poderia garantir ao Estado os recursos de que ele precisa para superar a sua crise. Isso sem que fosse preciso aumentar a carga tributária, mas pelo natural aumento da arrecadação. Esse caminho, porém, está sendo fechado pela Assembléa Nacional Constituinte que vem aprovando no segundo turno de votação (portanto, definitivamente) todo aquele conjunto de artigos que irá contribuir para reduzir ainda mais as possibilidades de crescimento da economia. Pela amostra do que ficou no capítulo dos direitos sociais — turno de seis horas, licença gestante de 120 dias, licença paternidade, hora extra com 50% a mais, férias com mais um terço dos salários — podemos esperar que todas as demais decisões que aumentam as despesas do Estado, aprovadas no primeiro turno, serão confirmadas.

Há, ainda, todas as disposições destinadas a afugentar o capital estrangeiro.

E porque estão convencidos disso que os ministros da área econômica já estão dizendo que, mesmo na hipótese totalmente irrealista de a Operação Desmonte ser aprovada sem restrições, não será possível salvar o Estado brasileiro da falência sem um aumento considerável da carga tributária. Imagine-se o tamanho desse aumento sem a Operação Desmonte.

Com a entrada em vigor da nova Constituição o país real também entrará em crise. E a "Nova" República, em parafuso.